



ATA Nº 1/2024

Aos 29 dias do mês de fevereiro de 2024, no grande auditório do Centro Multimeios de Espinho, reuniu-se, para a primeira reunião da primeira sessão ordinária do ano 2024, a Assembleia Municipal de Espinho, presidida por Joana Raquel da Silva Devezas e secretariada por Guilhermino Pedro de Sousa Pereira e por Isabel Maria Pinhal Resende, com a seguinte ordem de trabalhos:

A - Período de antes da ordem do dia

B - Ordem do dia

1. Eleição de novo membro da Comissão Executiva Metropolitana do Porto;
2. Proposta de aquisição de 150 fogos habitacionais, através de procedimento de oferta pública de aquisição, para implementação de projetos no âmbito do investimento "Re-C02-I01- programa de apoio ao acesso a habitação – Aviso de Publicitação n.º 01/C02-01/2021 – Componente 02 – Habitação";
3. Apresentação do Relatório da atividade da CPCJ de Espinho em 2023;
4. Apreciação de propostas apresentadas pelos membros da Assembleia Municipal que visam prosseguir as atribuições da Autarquia;
5. Aprovação de atas das reuniões de 21/12/2023, 27/12/2023 e 23/01/2024;
6. Apreciação da informação escrita da Presidente da Câmara Municipal de Espinho sobre a atividade do órgão executivo e seus serviços.

C - Assuntos para conhecimento

- Informação relativa à prática de atos ao abrigo das autorizações prévias genéricas necessárias à execução dos documentos previsionais – assunção de compromissos plurianuais no período de 1/11 a 31/12/2023.

D – Período de Intervenção do Público

A reunião iniciou-se às 21h30 dado que, à hora inicialmente designada, não se encontrava presente a maioria do número legal de membros desta Assembleia.

Foi verificada a presença dos membros António José Nunes Teixeira Lopes, Rosa Martins Freitas Duarte, Maria Alexandra Flôr de Pinho da Silva Bastos, Álvaro Paulo Alves Leite, António Manuel Pinto de Oliveira, Beatriz Manso Preto Loureiro, Hermínio José Figueiredo Martins da Cunha, Filipe Alexandre Perdigão Carvalho Pinto e dos Presidentes da Junta da União de Freguesias de Anta e Guetim - Nuno Pinto de

Almeida, da Junta de Freguesia de Espinho – Vasco José Carvalho Alves Ribeiro, da Junta de Freguesia Paramos - Manuel de Oliveira Dias e do Presidente da Junta de Freguesia de Silvalde - José Carlos da Silva Teixeira.

Foi dada nota do pedido de substituição dos membros Ana Paula Africano de Sousa e Silva por José Manuel Alves Novo, João Humberto Santos Cunha Bastos por Fernanda Maria Guedes Bastos, José Adolfo Carvalho Rocha por Manuel Augusto Gomes Novais, Rui Manuel Martins Fidalgo por António Marques de Azevedo, Liliana Andreia Ribeiro de Carvalho por Pedro Nuno Oliveira Tavares, Abel Jorge Correia dos Santos por Rui Manuel Pinheiro Martins Serrão, Teresa Manuel Dias Leite de Carvalho e Magalhães por Manuel Cardoso Pereira, Ana Cecília Alves de Campos Lopes de Rezende por Jorge Manuel de Oliveira Carvalho e Bruno José da Silva Morais por Ana Rita Sá.

A Câmara Municipal fez-se representar pela sua Presidente, Maria Manuel Barbosa Cruz. Estiveram também presentes o Sr. Vice-presidente Luís Miguel Oliveira Monteiro Canelas e os Senhores Vereadores Leonor Cristina da Costa Matos Lêdo da Fonseca, Maria de Lurdes Pontes Rebelo Maria de Lurdes Santos Ganicho, João Oliveira Passos e Helder Manuel Freitas Leitão Rodrigues.

Verificado o quórum, a Presidente da Assembleia declarou aberta a reunião, referindo que a sessão seria transmitida em direto e de seguida informou que o membro do PSD Nuno Antonio Almendra Monteiro Martins tinha pedido, em 19/02/2024, a suspensão do seu mandato de 20/02/2024 a 20/03/2024. Colocado o assunto à apreciação do plenário e não havendo oposição, chamou o Sr. Floriano Augusto de Oliveira Alves para tomar o seu lugar na respetiva bancada.

A presidente da AME disse que começariam a sessão com o primeiro ponto da ordem do dia referente à Eleição de novo membro da Comissão Executiva Metropolitana do Porto, dando nota que, de acordo com os preceitos legais, as 17 assembleias municipais da área metropolitana do Porto estavam a ser realizadas em simultâneo e lembrou que só podiam participar na votação os membros eleitos da Assembleia Municipal.

Pedi para intervir o vogal Jorge Carvalho referindo que tinha sido eleito o Dr. João Carapeto para aquele lugar e, tendo o mesmo sido eleito pela Assembleia, nunca ninguém tinha explicado o motivo da sua saída



Presidente da AME disse que a comunicação que tinha dado entrada apenas se referia ao pedido de renúncia.

Votação: a candidata proposta pela AMP foi eleita pelos 21 membros da AME, com 16 votos a favor, 2 votos contra e 3 votos brancos

De seguida, a Presidente da AME disse que passariam ao período de intervenções por parte do público presente, por forma às pessoas que desejavam intervir não terem de ficar até ao final da reunião para fazerem a sua intervenção. Não havendo oposição, passou a palavra ao Sr. Rui Torres que fez uma exposição sobre a missão e o papel do Autarca e do Eleito Local e sobre a denuncia infundada de que foi alvo, terminando o processo, após seis anos, por ser arquivado pelo Ministério Público.

De seguida interveio Rui Neto que referiu a Gala do Desporto onde tinham sido homenageadas 50 personalidades do desporto de Espinho e outras 50 no Dia da Cidade. Perguntou quais foram os critérios observados na escolha daquelas personalidades nas quais não tinham sido incluído, apesar do seu curriculum de ginasta, treinador e organizador de uma taça do mundo em Espinho.

Interveio ainda Ana Paula Castro da Associação Patinhas sem Lar que expos a situação em que se encontrava a Associação que não tinha os apoios necessários por parte do município para continuação da sua atividade em prol dos animais.

Tomou a palavra o Vice-Presidente da Câmara Municipal que referiu que não haveria corte nos subsídios atribuídos à Patinhas sem Lar, tendo a associação sido informada no ano passado do valor que iria receber no dia 1 de março

Presidente CME que referiu que o município custeava a castração animal, vacinação, recolha de animais e seu tratamento em unidades médico veterinárias, tendo no ano de 2023 sido gastos um montante próximo de 60 mil euros. Que as verbas entregues pelo município aquela associação foram, nos anos de 2020 e 2021, no montante global de 27,5 mil euros, de 30 mil euros em 2022 e de 42,5 mil euros em 2023, para além de, em 2023, outras formas indiretas de apoio e ainda a disponibilização, sem encargos para a associação, de um espaço de grandes dimensões no espaço do antigo matadouro municipal, de meios de transporte para os animais, prestação de colaboração em eventos desenvolvidos pela associação com meios humanos, técnicos e de logística e desenvolvido esforços sérios no sentido de que lhe fosse atribuído o

estatuto de utilidade pública, de onde decorreram benefícios fiscais de monta. Que existia um protocolo celebrado entre ambas as partes, lendo os deveres e obrigações do município e da associação. Que ainda no primeiro trimestre de 2024, dar-se-ia conta à Associação dos valores que poderiam ser disponibilizados, sempre de acordo com a disponibilidade financeira do município. Que estavam sempre dispostos ao diálogo.

Paulo Leite (PSD) disse que era preciso encontrar soluções e não justificações e que se a Câmara estava sempre disponível para negociar, não teria sido preciso virem à Assembleia. Se o que estava escrito era promessa do anterior executivo, uma vez que atualmente não era o mesmo, não foi cumprida, e que sendo promessa do atual executivo, perguntou qual era a solução que tinham para a associação.

Presidente da CME referiu que, para ela, os animais estavam acima da política. Que tinha esclarecido a Associação que não estava na posse de todas as verbas que iriam ser distribuídas às associações e não podia dar a resposta. Que o mandato ainda não tinha terminado.

Vice-Presidente acrescentou que na reunião com a associação tinha sido referido que ainda não podiam adiantar valores e que era grave e lamentável usarem aquela situação como arma de arremesso político.

Entrando no período de antes da ordem do Dia, a Presidente da AME deu a palavra ao Dr. Jorge Carvalho para apresentar o documento; *"Deliberação: SESSÃO SOLENE 25 de ABRIL (50 anos): Separam-nos menos de dois meses da efectivação dos 50 anos sobre a data da Revolução dos Cravos – 25 de Abril de 1974. A efeméride já foi assunto desta Assembleia, que concordou com a importância da mesma, nomeadamente para o Poder Local Democrático e aprovou algumas linhas directivas recomendadas para a sua celebração. Considerando que: - Nesta data, não há notícia de programa autárquico para as celebrações; - As referidas celebrações se desejam públicas e o mais abrangentes possíveis; - E, que as mesmas deveriam ser atempadamente reflectidas e preparadas, A Assembleia Municipal de Espinho – dentro das suas limitações e explorando o âmbito da sua própria Sessão a 25 de abril de 2024 – delibera na Sessão de 29 de Fevereiro de 2024 convidar as Bandas Filarmónicas do Concelho a desfilar pelas ruas da Cidade na manhã do dia 25 de Abril de 2024. Confluindo na Praça José Salvador à hora do hastear da bandeira, para aí e*



em conjunto interpretarem, a Marcha "On the Ocean Wave", de Henry Russel, trecho musical aproveitado na rádio aquando da Revolução dos Cravos e baptizado rapidamente pelo nosso Povo como "MARCHA DO MFA" (Movimento das Forças Armadas)."

Presidente da AME referiu que a Mesa tinha recebido uma proposta do Coro dos Amigos de Espinho para abrilhantarem a sessão solene do 25 de Abril.

Teixeira Lopes (PS) disse que não era por não terem apresentado qualquer documento que o PS se esquecia do 25 de Abril, mas que saudavam a proposta da CDU, que estavam profundamente de acordo e que agradeciam a sua lembrança. Terminou dando vivas ao 25 de Abril.

Paulo Leite (PSD) referiu que o PSD apresentava documentos quando eram uteis e necessários. Disse que não era pela quantidade de documentos apresentados que se media o trabalho de cada partido. Que não se esqueciam do 25 de Abril, mas que não estando no poder achavam estranho que se viesse propor determinado programa para a Assembleia determinar

Jorge Carvalho (CDU) disse que o PSD não tem apresentado documentos na AME, sendo sinal que entendia que o concelho estava todo bem. Que a CDU entendia que qualquer documento referente à humanidade era passível de ser apresentado à Assembleia mesmo que não dissesse respeito diretamente a Espinho. Que a proposta apresentada era para a Assembleia fazer e não para a Câmara.

Paulo Leite (PSD) disse que todos os anos havia atividades que não se resumiam apenas e só à sessão solene. Que a proposta era uma boa ideia, sendo algo que era preciso ser organizado e financiado, perguntando se a Mesa da Assembleia Municipal estava disponível para aceitar a sugestão e proceder à organização

Presidente AME disse que a Mesa da AME teria sempre boa vontade, mas em questão orçamental tinha algumas dúvidas. Que a questão podia ser analisada com o executivo

Presidente CME disse que a Câmara Municipal já tinha pensando envolver as Bandas de uma forma diferente. Que tinham uma proposta da Academia de Música para um

concerto e também a intenção de envolver o jovens. Disse que o programa estava a ser ultimado

Votação: aprovada por unanimidade.

Jorge Carvalho (CDU): *"Saudação 8 de Março: Realizando-se esta sessão, a uma semana das comemorações de mais um Dia Internacional da Mulher, e no ano em que se comemoram os 50 anos da Revolução Libertadora de Abril, cumpre saudar as mulheres portuguesas e as espinhenses em particular, pela sua intervenção e luta em prol dos seus direitos, mesmo antes do 25 de abril, enfrentando situações de grande injustiça que punham em causa a sua dignidade como pessoas e cidadãos. Algumas delas foram sujeitas à repressão, à prisão, à tortura, à ausência de liberdade. Dos registos da PIDE, que se encontram na Torre do Tombo, aparecem 1755 mulheres presas registadas com informações e mais 540 sem registo, o que significa que pelo menos 2295 passaram pelas prisões do fascismo. Três destas mulheres eram do Concelho de Espinho: Lucília Ferreira da Silva Martinho, presa em 1968, Rosa Dias, presa em 1955 e Rosa Vieira da Silva, presa em 1940. Estes dados estão publicados no livro "Elas estiveram nas prisões do fascismo", de autoria da URAP (União de Resistentes Antifascistas Portugueses). Hoje, apesar das conquistas da revolução de Abril, não podemos deixar de nos preocupar com as discriminações de que as mulheres continuam a ser alvo, designadamente no facto de serem a maioria da mão-de-obra desempregada. Só referindo o distrito de Aveiro, onde nos integramos, em Dezembro de 2023, as mulheres correspondiam a 57,46% do total de desempregados registados. Não se pode também deixar de registar, com preocupação, a discriminação salarial a que continuam a ser sujeitas. Em média recebem menos 150,30 euros do que os homens, discriminações que se acentuam à medida que as qualificações e responsabilidades aumentam. Ou seja, as mulheres detentoras de ensino superior recebem menos 504,90€ do que os homens e, em cargos de topo, a diferença atinge os 593,30 euros. É intolerável e injusta a manutenção das desigualdades de tratamento e de oportunidades no acesso e na evolução da sua carreira profissional e a subvalorização do trabalho que executam, que não se reflete apenas nas discriminações salariais, mas também no baixo valor das pensões de reforma, perpetuando as desigualdades e o empobrecimento ao longo da vida. Apesar da igualdade consagrada na Lei, continuamos a assistir a altos índices de violência doméstica, de assédio moral e sexual nos locais de trabalho, de violação sexual e de*



cyber violência, de exploração sexual, prostituição e tráfico de seres humanos, de desrespeito pela função da maternidade, de horários de trabalho desregulados, da sobrecarga da vida profissional e das tarefas domésticas. Não esquecendo também a dificuldade de acesso a planeamento familiar e seguimento na gravidez para todas as mulheres. Por tudo isto e num momento em que estamos a menos de dez dias das eleições legislativas, chama-se a atenção dos partidos políticos para que se empenhem, de facto, e não só com promessas, no intuito de angariar votos da população feminina, em resolver, de uma vez por todas, estes graves problemas. É assim fundamental que o futuro Governo de Portugal e as Autarquias, a nível local, desenvolvam políticas inclusivas, que valorizem a criatividade, o desempenho e as competências das mulheres portuguesas, cujo contributo é fundamental para bem-estar social e para o desenvolvimento do país. A Assembleia Municipal de Espinho, reunida a 29 de Fevereiro de 2024, saúda as mulheres portuguesas e as mulheres espinhenses em particular.”

Alexandra Bastos (PSD) que aderiam ao documento, mas que não era preciso trazer as eleições para captação de votos para aquele tipo de temas, dado que chamavam a atenção em qualquer dia, independentemente de estarem ou não em período eleitoral. Que atualmente a luta continuava porque tinham de ganhar a liberdade noutros campos, como melhores trabalhos e carreiras, para não serem pressionadas a trabalhar mais horas sem qualquer tipo de compensação e tendo ainda a sobrecarga das funções em casa. Que não bastava fazer-se leis que depois não eram aplicadas. Que tinha de haver uma consciência geral da comunidade, dos empresários, dos cidadãos e todas as intervenções na sociedade.

Presidente CME disse que o 8 de março era igualdade de género. Que o município de Espinho iria realizar uma exposição, no Centro Multimeios, para reflexão sobre a violência de género, outra exposição, no FACE, com o trabalho de 50 mulheres durante 50 dias para recordar os 50 anos do 25 de abril, e ainda outra para lembrar o tema da violência doméstica, para além de outras ações de 8 de março até 25 de abril.

Votação: aprovada por unanimidade.

A reunião prosseguiu com o 2º ponto da Ordem do Dia - Proposta de aquisição de 150 fogos habitacionais, através de procedimento de oferta pública de aquisição, para

implementação de projetos no âmbito do investimento “Re-C02-I01- programa de apoio ao acesso a habitação – Aviso de Publicitação n.º 01/C02-01/2021 — Componente 02 — Habitação”

No uso da palavra a Presidente da CME disse que a estratégia local de habitação do município comportava, no que dependia da ação direta da autarquia, 3 vertentes essenciais: - a reabilitação de um conjunto significativo de imóveis que integravam o parque habitacional público do município, a construção e/ou reabilitação de edifícios permitindo disponibilizar novos fogos no concelho, preferencialmente em regime de arrendamento a custos controlados e a aquisição de imóveis para regime de arrendamento acessível já existentes no mercado imobiliário ou a construir, sendo que era principalmente para poder executar este último eixo de intervenção que a Câmara apresentava à Assembleia aquela proposta. Que adquirir 150 fogos representava um investimento global de cerca de 31M€ integrados no contexto do Primeiro Direito, permitiria potenciar o aumento da oferta de habitação pública dando-se passos firmes na resolução de problemas, em alguns casos, específicos do concelho de Espinho, nomeadamente habitação para famílias de pequena e média dimensão, atrair jovens para o concelho e contribuir para a dinamização da atividade económica

Jorge Carvalho (CDU) disse que como referia o ditado popular “de boas intenções está o inferno cheio”. Que havia muitas palavras e poucas ações. Como anteriormente já tinha referido, a construção no quartel dos bombeiros era uma ato criminoso, uma vez que se pretendia alterar a deliberação da anterior Assembleia que já tinha sido usada na escritura, já tinha produzido efeitos. Sobre a aquisição de 30 frações habitacionais já edificadas, disse que não estava claro que as mesmas tinham de estar livres e devolutas. Que dava a entender que quem concorresse tinha de estar na posse das 30 casas e que a Câmara quisesse que houvesse um intermediário, recebendo a sua comissão, para reunir as várias casas. Que este tipo de construções eram pouco melhores que a dos bairros sociais onde se ouvia tudo o que se passava em casa dos vizinhos, eram de má qualidade. Sobre os 120 fogos a construir, questionou quem tinha, em Espinho, capacidade para os construir ao preço feito pela Câmara. Parecia-lhe que o programa estava preparado para beneficiar grandes empresas

Paulo Leite (PSD) referiu que era necessário exigir ao executivo que pusesse em prática uma estratégia que ajudasse a resolver os problemas com a habitação quer para os jovens, quer para as restantes famílias. Disse que havia ainda muito pouca



execução da estratégia local de habitação, não tinha sido dado primazia à execução da reabilitação do edificado. Que não passava de um documento de meras intenções em que a concretização esperada não estava a acontecer levando a que as pessoas procurassem outros concelhos.

Presidente CME referiu que não era verdade que se tivesse de comprar determinado número de habitações T1, T2, T3, podendo ser adquiridos dois ou vinte. Disse que aquela OPA não era fácil mas que seria uma grande oportunidade para as freguesias, uma vez que o preço a pagar era igual ao de Espinho. Sobre a estratégia local de habitação apresentada pelo PSD disse que tinha apenas um quarto dos fogos para reabilitação e quase que não contemplava fogos novos. Que estavam quase na fase final para reabilitar integralmente o Bairro de Paramos, a reabilitação no Bairro da Ponte de Anta e dos prédios municipais em Silvalde e na Marinha, sendo que a contratação tinha os seus prazos e não podiam ter a tentação de os querer ultrapassar.

Jorge Carvalho (CDU) disse que os documentos apresentados referiam 10 T1, 10 T2 e 10 T3, abrindo-se um concurso para tal. Se assim não fosse o documento deveria referir que se pretendia abrir um concurso para um determinado número de frações com determinado valor que a Câmara estava disposta a gastar.

Votação: aprovado por maioria com 15 votos a favor, 1 voto contra, e 9 abstenções

Declarações de voto:

BE: "A Favor - Em 2013 a Estratégia Local de Habitação no município de Espinho executou pouco mais de 200 mil €uros, dos cerca de 30 milhões que estavam disponíveis, empurrando-se para 2024 algumas intervenções nas habitações, um ano mais de angústia para os moradores. A aquisição destes 150 fogos peca por tardia. Falamos de um investimento avultado que vai melhorar as condições de 150 famílias. Duvidamos que seja possível, ao valor atual dos imóveis no nosso concelho, que se consigam adquirir a totalidade dos imóveis. O valor do preço médio de venda de apartamentos em Espinho era em janeiro de 2020 de 1.852 €/m² e em dezembro de 2023 de 2.420€/m²."

Minuta de deliberação: "A Assembleia Municipal de Espinho, no uso da competência conferida pela alínea i) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime jurídico das Autarquias

Locais (aprovado em Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual) deliberou autorizar, nos termos da proposta apresentada pela Câmara Municipal de Espinho, aprovada em sua reunião ordinária de 19/02/2024, a aquisição de 150 fogos habitacionais, num valor total estimado de 31.134.690,00€ (trinta e um milhões cento e trinta e quatro mil seiscientos e noventa euros), para implementação de projetos no âmbito do 'Investimento RE-C02-i01-Programa de Apoio ao Acesso a Habitação – Aviso de Publicitação n.º 01/C02-01/2021 – Componente 02 – Habitação', através de procedimento de oferta pública de aquisição nos termos e condições constantes do documento que acompanhou a proposta do órgão executivo municipal. A deliberação foi tomada por maioria, com 15 votos a favor, 1 voto contra e 9 abstenções, com a presença de 25 membros. A presente minuta, aprovada pelo plenário, possui os devidos efeitos executórios nos termos legais aplicáveis. ”

A Presidente da AME disse que a Presidente da CPCJ de Espinho, Enfermeira Sandra Almeida, tinha-lhe perguntado da possibilidade de se agendar a continuação daquela reunião para apresentar o Relatório da atividade da CPCJ de Espinho em 2023 dado o adiantado da hora, pelo que informou os presentes que seria marcada a continuação da reunião e prosseguiu com o ponto 4 da Ordem de Trabalhos pedindo ao vogal da CDU para apresentar o documento: *“Recomendação NASCENTE: A Cooperativa de Acção Cultural NASCENTE foi criada em 1976 e desde então tem tido uma actividade relevante para Espinho, para a região e para o País. Sendo fastidioso enumerar todos os momentos brilhantes da sua vida, lembraremos que albergou em si mesma actividades e secções que já existiam - como o caso do Teatro Popular de Espinho que festejou recentemente os seus 50 anos de heróica e solitária existência – e foi criando, a pouco e pouco, outras secções que valorizaram a vida cultural e associativa do Concelho, atraindo para espectáculos e, ainda mais admiravelmente, para as suas actividades muita gente de fora e de bem longe de Espinho. Com a Nascente Espinho teve teatro e formação de actores e de encenadores, teve um coro que recuperou a nível nacional uma bem fundamentada tradição das Janeiras, um Cineclube que mais tarde deu origem ao Cinanima – certame que não necessita de apresentações – teve teatro de fantoches e infantil, teve um Centro Livreiro e muitas outras actividades durante a sua já longa história que se foram adaptando aos tempos e que funcionam na actualidade em toda a sua pujança associativa e cultural. Desde a primeira hora a Nascente foi sustentáculo para o semanário Maré Viva que também tem vindo a acompanhar a vida de Espinho e da região limítrofe ao longo de todo este tempo. A*



Cooperativa Nascente vive neste momento um problema grave com as suas instalações, que se dividem entre a sede e o seu auditório – nome eufemístico para denominar um armazém com modestas condições de adaptação às múltiplas actividades que lá se desenrolam. Em Espinho, rara cidade de Portugal que não possui um teatro municipal, se pensarmos em tudo o que a Nascente já ofereceu aos Espinhenses e compararmos com as condições que, ao longo de todos estes anos, lhe foram proporcionadas, nomeadamente pelas sucessivas câmaras municipais, constataremos rapidamente o embaraço do cômputo final para o Poder Local. A Assembleia Municipal de Espinho, na sua sessão de 29 de Fevereiro de 2024, vem recomendar à Câmara Municipal de Espinho o máximo empenho na solução para a falta de instalações da Cooperativa Nascente, compatíveis em espaço e condições técnicas com a multidisciplinaridade e qualidade da longa e louvável actividade desta instituição cultural.”

Não havendo intervenções, passou-se à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

Declarações de voto:

BE: "A Favor. Não deve o município substituir-se na responsabilidade das entidades privadas, serve essa premissa para todas as coletividades do concelho. Deve sim, em situações de emergência, encontrar soluções, de forma provisória, que mitiguem as dificuldades físicas (falta de instalações condignas). No concelho há pelo menos um espaço físico capaz de acolher provisoriamente as atividades culturais da Cooperativas Nascente, sendo que deve ser da responsabilidade da Instituição trabalhar para conseguir um espaço próprio. Não vemos razão para tratar a Cooperativas Nascente de forma desigual em relação às outras instituições com sede no concelho.”

Ponto 5: Aprovação de atas das reuniões de 21/12/2023, 27/12/2023 e 23/01/2024

As atas foram aprovadas por unanimidade dos vogais que estiveram presentes nas reuniões a que se reportam.

A Presidente da AM deu a reunião por encerrada, e informou que a continuação da sessão seria comunicada oportunamente.

As deliberações tomadas na presente reunião foram aprovadas em minuta, por unanimidade, ao abrigo do nº 3 do artigo 57.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, após a sua leitura pelo Presidente da Mesa da Assembleia.

Para constar e devidos efeitos, nos termos do disposto nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 61.º do Regimento, lavrou-se a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, e vai ser assinada pela Presidente da Assembleia Municipal e por mim, Isaura Maria Gomes Pinto da Rocha Gonçalves, funcionária municipal da Divisão de Jurídica e de Apoio à Administração, designada para o efeito, que a elaborei nos termos legais.

A Presidente da Assembleia Municipal

A Funcionária Municipal,
